



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679987 - AC (2021/0218143-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ADAIR JOSÉ LONGUINI E OUTRO
ADVOGADOS : ADAIR JOSÉ LONGUINI - AC000436
WILLIAMSON PAZ DAS NEVES - AC005386
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : J P L V (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de J. P. L. V. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE (Apelação Criminal n. 0008584-21.2001.8.01.0001).

O paciente foi condenado definitivamente à pena de 5 meses de detenção (crime de ameaça, art. 147 do Código Penal), 7 anos de reclusão (atentado violento ao pudor, art. 214 do Código Penal) e à pena de 7 anos de reclusão (estupro, artigo 213 do Código Penal), totalizando a pena de 14 anos de reclusão e 5 meses de detenção em regime inicial fechado (fl. 455).

Formulado pedido de incidência de *novatio legis in melius* por força da Lei n. 12.015/2009, consta que a pretensão foi deferida para reconhecer a ocorrência de crime único entre a conjunção carnal e o ato libidinoso diverso sofridos pela vítima, tendo a reprimenda dos referidos delitos sido redimensionada para 8 anos e 9 meses de reclusão, mantido o regime fechado (fl. 459).

Inconformada com a nova dosimetria aplicada, a defesa apelou para a Corte estadual, que, por sua vez, negou provimento ao recurso.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal no novo cálculo da pena efetivado pelo Magistrado e mantido pelo Tribunal *a quo*, sob o argumento de que a pena-base do paciente não teria sido considerada inicialmente no seu mínimo legal e, ainda, o aumento aplicado na segunda fase da dosimetria teria se dado sem fundamentação idônea que justificasse a exasperação e em afronta direta a coisa julgada.

Defende que "o pedido de *reformatio in melius* preza pela reforma da pena em benefício do réu e não para piorar sua situação" (fl. 17).

Aduz que houve determinação ilegal de prisão com a formação de processo de execução de pena, bem como o cumprimento do mandado de prisão, sem nem mesmo esgotar todas as vias recursais cabíveis (fl. 9).

Requer, liminarmente, seja determinada a soltura do paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja suspenso o cumprimento da execução penal, bem como para que sejam reconhecidas e afastadas as ilegalidades apontadas na dosimetria da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente